

## CAMINHOS PARA A INCLUSÃO SOCIAL: REFLEXÕES A PARTIR DO TRABALHO COM FAMÍLIAS

A. M. M. SÁ<sup>1</sup>, C. CARVALHO<sup>2</sup>

Instituto de Educação da Universidade de Lisboa<sup>1,2</sup>

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-1793-2288><sup>2</sup>

[cfcarvalho@ie.ulisboa.pt](mailto:cfcarvalho@ie.ulisboa.pt)<sup>2</sup>

Submetido 15/05/2024 - Aceito 30/06/2024

DOI: 10.15628/holos.2024.17435

### RESUMO

As famílias sempre foram instigadas para responder aos múltiplos desafios do quotidiano. O que diferencia então os tempos mais recentes de outros passados? A complexidade das exigências, a rapidez dos acontecimentos com que as mudanças acontecem serão explicações que podem estar associadas, mas a falta de momentos para estar em conjunto, em ser convidado a

partilhar e refletir sobre o que nos acontece e em particular sobre as crianças que estão nas famílias surge também como um contexto que distingue as famílias de hoje. Concretamente, o estudo que se apresenta analisa como o trabalho desenvolvido em equipas multidisciplinares pode contribuir para inverter formas de parentalidade associadas ao risco de exclusão social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Famílias, crianças, parentalidade, equipas multidisciplinares.

### PATHS TO INCLUSION: REFLECTIONS ON WORKING WITH FAMILIES

### ABSTRACT

Families have always had to respond to the multiple challenges of everyday life. So what differentiates recent times from the past? The complexity of demands, the speed with which changes occur are all possible explanations, but the lack of time to be together, to be invited to share and reflect on what is happening to us,

and in particular to the children in our families, is also a context that distinguishes today's families. Specifically, this study analyzes how the work carried out in multidisciplinary teams can contribute to reversing forms of parenting associated with the risk of social exclusion.

**KEYWORDS:** Families, children, parenting, multidisciplinary teams.

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história da humanidade as famílias sempre enfrentaram desafios resultantes de transformações sociais, demográficas, económicas, culturais e políticas. Nos últimos anos todos estes desafios complexificaram-se pelas questões climáticas, dos conflitos geopolíticos e das suas consequências para milhares de famílias obrigadas a procurar um ethos que lhes permita continuar a responder aos mesmos desafios de sempre, a necessidade de estar junto, de se desenvolver junto, de crescer junto num tempo e espaço que se ambiciona de respeito, igualdade e liberdade.

Um pouco por todo o mundo, no quotidiano das grandes cidades, encontramos famílias multidesafiadas, sendo que algumas enfrentam a exclusão social. Uma nova pobreza trazida pelas camadas de dificuldades que se entrelaçam entre si, onde as crises económicas geradoras de desemprego estão muitas vezes associadas a uma desqualificação profissional com raízes na fragilidade de um percurso escolar com abandonos escolares precoces. Mas também, por processos de desintegração social, que traduzem uma rutura de laços de solidariedade, de desinserção das relações sociais e familiares, reveladores de uma fragilização das relações interpessoais e dos sentimentos de pertença sociocomunitários (Guerra, 2012).

Com o impulso financeiro da União Europeia e com a entrada no novo milénio assiste-se em Portugal a mudanças de políticas de inclusão social, nomeadamente, no desenvolvimento económico, educação e habitação. De facto, nos últimos anos, assumiram-se compromissos que visam promover o bem-estar das famílias vulneráveis, principalmente para as elevar além da condição de pobreza. Esta determinação implica uma intervenção mais colaborativa e participativa, sobretudo através do estabelecimento de relações de maior proximidade entre profissionais, famílias e as suas redes. (Rodrigues & Sousa, 2013; Sá, 2024). Assim, procuramos ao longo do presente texto refletir sobre uma destas intervenções, ou seja, compreender como uma intervenção a nível da parentalidade com as famílias em risco de exclusão social, pode promover a inclusão social.

## 2 FAMÍLIAS MULTIDESAFIADAS E PARENTALIDADE POSITIVA

Se até ao final dos anos 50 o termo comum encontrado na literatura era famílias multiproblemáticas por terem associado diversas condições de vulnerabilidade como o baixo nível socioeconómico, viverem no limiar de pobreza, muitas vezes com problemas de alcoolismo, toxicod dependência, delinquência, maus-tratos e abandono de crianças nos anos 70 assiste-se a uma mudança, passando-se a considerar que “estas famílias se caracterizavam menos por uma situação de pobreza extrema do que por uma enorme dificuldade em administrar os seus recursos económicos, alternando, assim, entre fases de relativo bem-estar e fases de claras dificuldades” (Alarcão, 2002, p. 318; Sousa, 2005).

Como alerta Sousa (2005), o senso comum tem tendência a associar estas famílias às pessoas em situação de pobreza. Porém esta é uma ideia errada, resultante de serem as famílias nestas condições de pobreza as que estão mais expostas à comunidade e aos serviços sociais. Por famílias multidesafiadas entende-se aquelas que viveram ou vivem em condições de vida adversas,

experienciando ambientes stressantes ou circunstâncias de vida duras e que lidaram ou lidam com múltiplos desafios ou múltiplos stressores em simultâneo, frequentemente em paralelo com crises normativas (Melo, 2011).

O termo multidesafiadas remete assim para as exigências a que as famílias estão expostas, porém remete também para um movimento de “crescimento e fortalecimento a partir do sofrimento e do caos, para a reorganização, para a criação de recursos e partir da adversidade, para o enfoque nas movimentações que a família, devido às pressões internas e externas a que está sujeita, pode desenhar” (Melo, 2011, p. 869).

Algumas particularidades das famílias multidesafiadas, referidas por Sousa (2005), passam por “insuficiência grave, sobretudo por parte dos pais, nas atividades funcionais e relacionais necessárias à vida familiar e ao seu desenvolvimento (...) presença simultânea, em dois ou mais membros da mesma família, de comportamentos problemáticos estruturados, estáveis no tempo e suficientemente graves para requererem intervenção externa (...) estruturação de uma relação crónica de dependência da família com os serviços sociais, constituindo um equilíbrio sistémico.” (p.17). A instabilidade nas famílias multidesafiadas associa-se, em grande parte, a dificuldades na parentalidade, notando-se alguma inconsistência e falta de controlo, com reflexos na definição das tarefas e das regras de relacionamento entre os membros da família.

Em 2006, o Conselho da Europa, seguindo orientações trazidas pela investigação, utiliza o conceito de a parentalidade positiva como o desenvolvimento de padrões de relacionamento saudáveis com os filhos, no exercício da autoridade, do diálogo, no respeito e numa educação pelo afeto, através da aquisição de competências relacionais (Recomendação 19 do Conselho da Europa, 2006). Com base no documento, Coutinho et al., (2012), consideram a parentalidade positiva “um comportamento parental assente no princípio do superior interesse da criança e da promoção do seu desenvolvimento global e harmonioso, procurando assegurar a satisfação das suas necessidades e a capacitação daquela, de uma forma não violenta, que reconheça a criança e a oriente, recorrendo, para tal, à fixação de limites ao seu comportamento” (p. 407).

Desta forma, o Conselho da Europa (2006) apresenta um conjunto de princípios fundamentais que os cuidadores devem considerar para o desenvolvimento de uma parentalidade positiva, nomeadamente, o sustento, ou seja, dar resposta às necessidades básicas das crianças; possuir uma estrutura ou orientação, no sentido de proporcionar às crianças uma rotina previsível e limites claros, havendo uma orientação clara para o comportamento; o reconhecimento, que diz respeito ao ouvir e valorizar a criança como indivíduo; a capacitação a nível pessoal, ou seja, melhorar a noção de competência e de controlo pessoal e promover uma educação não-violenta, onde são excluídas punições físicas e psicológicas.

### 3 EMERGÊNCIA DA INTERVENÇÃO NA PARENTALIDADE

No âmbito da intervenção familiar encontramos na literatura dois tipos de modelos. Um primeiro, centrado nos problemas da família que tendem a gerar sentimentos de fracasso e impotência nos intervenientes, reduzindo as expectativas de sucesso no futuro, Um segundo modelo, assente em abordagens colaborativas, valorizando as competências da família, sendo os

profissionais e as famílias especialistas, isto é, o profissional encarrega-se da criação de um clima de interação propício à mudança, apoiando as famílias na ativação das suas competências. Ao contrário do primeiro modelo, no segundo modelo, os profissionais não são fornecedores de soluções, mas sim facilitadores de caminhos para soluções, através da mobilização das próprias competências das famílias (Rodrigues & Sousa, 2013), mas também que os profissionais envolvidos desenvolvam a sua própria resiliência e empatia para construir uma relação de confiança com as famílias que promova e reforce os seus pontos fortes.

Contudo, importa recordar que os cuidadores, habitualmente os pais, desempenham da melhor forma a tarefa da parentalidade. Porém, há práticas educativas associadas a algum risco para o desenvolvimento da criança, por exemplo, as que vulnerabilizam o desenvolvimento das crianças como a supervisão negativa, a negligência ou a punição. Estas práticas podem ainda nalguns casos ser potencializadas com níveis de stress e/ou de depressão elevados e escassas habilidades sociais dos cuidadores (Dias et al., 2013), mas também associados a condições de risco de pobreza.

À semelhança de outros países, em Portugal tem sido feito um esforço no encontrar de medidas de combate à pobreza e à pobreza infantil. Contudo, estas soluções nem sempre correspondem à globalidade das necessidades que afetam as crianças e as suas famílias, havendo a preocupação de oferecer programas que otimizem as relações pais-filhos e que promovam o direito da criança à proteção no seu seio familiar.

Em Portugal, de acordo com a Lei de Proteção de Crianças e Jovens, no artº 41 (Lei n.º 23/17, de 23 de maio), os programas de educação parental são definidos como um apoio de natureza psicopedagógica e social que podem beneficiar os pais quando tenham sido propostas medidas de apoio em meio natural de vida (artº39) ou em situações em que a criança possa estar sob a responsabilidade de um familiar (artº40). Assim, e desde 2001, o modelo de proteção de crianças e jovens, envolve a participação ativa da comunidade, numa relação de parceria com o Estado, concretizada nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), esperando-se desta forma estimular as energias locais potenciadoras de estabelecimento de redes de desenvolvimento social. Uma das muitas atividades destas comissões é a planificação da intervenção do Estado para a coordenação, acompanhamento e avaliação da ação dos organismos públicos e da comunidade na promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens. Uma das formas encontradas para estas intervenções é o desenvolvimento de projetos de intervenção parental com o objetivo de promover estratégias parentais positivas e eficazes, capacitando os cuidadores para um melhor exercício da parentalidade e, desta forma, potenciar o desenvolvimento saudável das crianças.

Nos parágrafos anteriores procurou-se traçar algumas questões teóricas relevantes para enquadrar a questão orientadora do presente estudo, como uma intervenção a nível da parentalidade com as famílias em risco de exclusão social pode promover a sua inclusão social.

## 4 METODOLOGIA

Apresenta-se agora a contextualização de um estudo de caso realizado no âmbito do projeto de intervenção parental (Sá, 2024) desenvolvido numa Associação com estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), sediada em Lisboa desde 1999 e fundada por um grupo de pais. Esta Associação insere-se num dos 53 territórios de intervenção prioritária, ou seja, Bairros de Intervenção Prioritária (BIP) inseridos em Zonas de Intervenção Prioritária (ZIP) da cidade de Lisboa. Estes territórios desde 2011 beneficiam do programa BIP/ZIP criado pelas autarquias como um instrumento de política pública municipal, que visa dinamizar parcerias e pequenas intervenções locais de melhoria dos “habitats” abrangidos, através do apoio a projetos levados a cabo por juntas de freguesia, associações locais, coletividades e organizações não-governamentais, contribuindo para o reforço da coesão socio-territorial no município.

A dinamização de projetos pensados para e pelas comunidades locais, suprimindo as suas necessidades a diversos níveis e pondo a concorrer, para isso, as forças locais e a própria comunidade, é o objetivo deste programa, com consequências diretas em termos de empregabilidade, formação, atuação nos domínios da saúde, educação, junto dos idosos, jovens desempregados, ou de grupos vulneráveis. Existe a preocupação que os projetos sejam sustentados por uma perspetiva de cariz económica, social e ambiental com o propósito principal de reabilitação e revitalização de áreas significativas da cidade. Os projetos assentam numa cidadania ativa, na capacidade de auto-organização, na criação de um clima favorável ao empreendedorismo e à capacidade de iniciativa local, e na procura coletiva de soluções para a melhoria das suas condições de vida do bairro. Assiste-se a uma diversidade de práticas e estratégias, como ações de formação ou sensibilização, limpeza do espaço público, exposições, campanhas, eventos comunitários, criação de páginas de Internet, entre outras atividades que despoletem convívios e dinâmicas comunitárias e de participação dos cidadãos em diferentes idades.

A Associação possui uma equipa multidisciplinar de profissionais de saúde, educação e reabilitação e tem por missão contribuir para a melhoria da qualidade de vida de grupos socialmente desfavorecidos, nomeadamente crianças e jovens, pessoas com necessidades específicas e famílias em situação de vulnerabilidade. O trabalho diário centra-se no apoiar crianças, jovens, famílias em situações complexas do ponto de vista social, atuando ao nível da prevenção e reparação do risco psicossocial e promoção da cidadania. As intervenções na sua maioria situam-se numa perspetiva ecológica-sistémica, intervindo, fundamentalmente, no apoio familiar e aconselhamento parental e no serviço de apoio psicoterapêutico, dirigido a crianças e jovens com necessidades em psicoterapias (Regulamento da Associação, 2022). O trabalho diário dos diferentes profissionais da Associação é junto de famílias com filhos menores de idade, em que as dinâmicas familiares revelam algum défice de competências parentais, negligência e conflito parental que possam pôr em risco ou perigo o bom desenvolvimento das crianças e jovens, referenciados pelas Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), pela comunidade educativa, por centros de saúde, pelos serviços de justiça, por proteção social ou outras entidades e projetos. É critério de seleção que os destinatários referenciados residam nos territórios identificados como territórios de intervenção prioritária, ou seja, Bairros de Intervenção Prioritária (BIP) inseridos em Zonas de Intervenção Prioritária (ZIP). Interessante nesta forma de pensar a

cidade é que se procura a coesão social e territorial através de uma parceria ativa entre habitantes e parceiros locais (Associações de Moradores, Juntas de Freguesias, IPSS, escolas, entre outros) de uma zona prioritária mapeada na carta BIP/ZIP do município de Lisboa (Sebastião, 2017).

#### 4.1 Participantes

Os participantes do estudo são duas famílias acompanhadas pela Associação no âmbito do projeto “Crescer Família”. O projeto parte do pressuposto que, quando expostas a ambientes desfavoráveis, as crianças e jovens veem comprometido o seu desenvolvimento, sendo as características ambientais fortemente associadas quer a comunidades complexas do ponto de vista social, quer a deficits de competências parentais e dinâmicas familiares disfuncionais. Uma vez que os pais são os primeiros agentes de socialização da criança e um dos principais responsáveis pela sua educação, os elevados níveis de stress na família, como acontece em famílias com poucos recursos económicos, em situação de desemprego, com pouca escolaridade, em conflito agravado com a situação do Covid-19, aumentam o comportamento parental desadequado e ineficaz (Ficha de candidatura ao financiamento Fundo Social Europeu Programa de Investimento 9.6 projetos inovadores e/ou experimentais na área social, 2022).

#### 4.2 Instrumentos e recolha de dados

Os instrumentos utilizados para recolha de dados foram i) observação e respetivas notas de campo realizadas durante as diferentes sessões junto da família durante as sessões; ii) questionário realizado aos pais para diagnóstico e avaliação dos comportamentos parentais; iii) relatórios de avaliação da intervenção elaborados pela equipa técnica.

#### 4.3 Procedimento

Baseado em princípios da parentalidade positiva, as intervenções desenvolvidas durante as sessões de trabalhos com os pais consistiam em partilhas e estratégias, com vista à promoção de estilos de funcionamento familiar positivo e de empoderamento, reforçando as dinâmicas relacionais de qualidade, para um desempenho dos papéis parentais e rotinas quotidianas mais confiantes e autodeterminadas. Contribuindo, desta forma, para prevenir e reparar o risco e perigo psicossocial nas crianças e jovens residentes nestes territórios.

Estas intervenções basearam-se em três atividades centrais: intervenção em educação parental; a mediação familiar/ mediação de conflitos e a realização de sessões comunitárias informais sobre temas da parentalidade: Conversas com Pais.

As duas famílias tinham filhos menores de idade, em que as dinâmicas familiares, associadas às questões da parentalidade colocavam em risco ou perigo o bom desenvolvimento das crianças e jovens. Ambas as famílias foram referenciadas pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), residindo ambas num bairro ou zonas de intervenção prioritária (BIP/ZIP).

A participação das famílias teve o consentimento informado de todos os elementos envolvidos, tendo os responsáveis pelos menores de idade dado essa autorização. Os nomes usados no estudo são nomes fictícios.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo debruça-se sobre a análise ao acompanhamento de duas famílias no âmbito da educação parental (família A e família B), ambas sinalizadas pela CPCJ. De comum estas duas famílias apresentam baixos índices de escolaridade e poucos recursos económicos e/ou em situação de desemprego. (diagnóstico EDL, BIP / ZIP). Estas famílias residentes nestes territórios, estão também relacionados a processos de coerção educativa e de comunicação, a estilos educativos rígidos, inconsistentes ou permissivos e a dificuldades em supervisionar as atividades dos seus filhos, associados a desordens de conduta e comportamento anti social, a desadaptação escolar, delinquência, violência e consumo de drogas e álcool (Gaspar, 2005).

### 5.1 Família A

O agregado familiar, residente em bairro social, é composto pela criança de 2 anos e a sua cuidadora, a avó materna que se encontra desempregada. Esta realidade surge como uma medida de promoção e proteção da criança de acordo com a CPCJ e considerada como uma medida cautelar de apoio junto de outro familiar. Os motivos de origem da sinalização foram o défice de competências parentais, problemas habitacionais, problemas psicológicos e toxicodependência/alcoolismo. A família caracteriza-se pela existência de conflitos entre o agregado materno e o paterno. O casal vive em co-habitação há quatro anos e já viveu em diversas casas de familiares, acabando sempre por as abandonar devido a conflitos intrafamiliares. No momento da sinalização, o casal tinha ocupado uma casa ilegalmente que não oferecia os cuidados básicos ao menor, sem água, luz, falta de limpeza do espaço e de bens essenciais como uma cama, frigorífico, fogão e brinquedos para o menor. O casal evidenciou não proporcionar hábitos de rotinas e falta de cuidados de higiene ao menor, para além do constante conflito conjugal. Ambos os pais estavam empregados, ainda que o progenitor realizasse alguns trabalhos precários. Este foi diagnosticado com necessidades educativas específicas, consumia haxixe e esteve num centro educativo.

Foi solicitado ao projeto “Crescer Família” que a intervenção incidisse no desenvolvimento de competências parentais com os progenitores e a avó materna ao nível das regras, rotinas, adequação do comportamento e resposta à criança e estratégias para lidar com os seus comportamentos desafiantes. Ainda, foi pedido que se realizasse um trabalho de mediação entre os progenitores e a avó materna.

A intervenção junto da família A iniciou-se com um diagnóstico através do questionário de avaliação dos comportamentos parentais. Após este diagnóstico identificaram-se três áreas prioritárias a trabalhar com a família: competências parentais; fatores familiares e ambientais; necessidades de desenvolvimento da criança. Na primeira área, os objetivos a atingir eram os seguintes: a) melhorar a prática de uma parentalidade positiva por parte da avó materna; b) definir e aplicar de forma consistente e clara as recompensas e penalizações; c) adequar as rotinas diárias de “Manuel”. No que concerne aos fatores familiares e ambientais os objetivos passaram por: d) reduzir os conflitos entre a avó materna e os progenitores; e) mediar as rotinas diárias de “Manuel” entre a avó materna e a mãe; f) melhorar a segurança e proteção de “Manuel” na habitação da avó materna. Por último, na área das necessidades de desenvolvimento da criança identificou-se

como objetivo g) promover a autonomia de “Manuel” e h) adequar a quantidade de ingestão de doces.

As 19 sessões realizadas em casa da família consistiram em conversas com a cuidadora onde uma psicóloga da Associação e uma técnica da área da educação iam observando dinâmicas de interação entre o adulto cuidador (a avó “Maria”) e a criança (o neto “Manuel”), explorando os objetivos definidos, negociando estratégias para comportamentos observados, de uma forma espontânea e dinâmica, trazendo reflexões geradas com a interação que ia acontecendo. O tema que foi mais recorrente ao longo deste acompanhamento foi o uso inconsistente de regras, uma vez que o “Manuel” apresentava comportamentos desafiantes na sua faixa etária. Os comportamentos de “Manuel” e a interação deste com a avó durante as sessões traduziam-se num equilíbrio ténue entre permissividade e proteção, pois, muitas vezes, evidenciou ter tendência para proteger e/ou desculpar a criança, assim como ceder às suas birras. Deste modo, é importante identificar comportamentos alvos que se procura modificar, ser concreto e conciso na definição de limites para que a criança e o cuidador identifiquem se houve, ou não, mudanças de comportamento. Não esquecendo a importância de haver uma recompensa ou compensação para a criança adotar comportamentos mais desejáveis. Nesse sentido as técnicas da Associação convidaram a avó a partilhar quais poderiam ser as recompensas que o “Manuel” poderia gostar mais de receber, como forma de incentivar a criança a manter o comportamento adequado e aceite pela avó, assim como as penalizações que poderiam ser aplicadas no momento da situação desafiante do “Manuel” acontecer. Desta forma, a estratégia de recompensas concretas funciona como um incentivo para motivar as crianças a aprender um comportamento ou competência e reforçar o êxito num determinado objetivo (Gaspar & Santos, 2010). Como recurso ao reforço de um determinado comportamento as técnicas também partilharam com a cuidadora a pertinência do uso de elogios, o que “Maria” verbalizou não ser comum recorrer com muita frequência a esta estratégia com o neto “Manuel”.

Nas sessões em que o “Manuel” esteve presente e teve um comportamento considerado desadequado por parte da avó, refletiu-se em conjunto com a avó sobre quais os comportamentos que poderia adotar e como poderia agir. Ao longo dos meses de acompanhamento “Maria” procurou alterar as suas práticas. Segundo a avaliação final da avó, após a intervenção do projeto “Crescer Família”, os problemas do “Manuel” melhoraram, sentindo-se competente para lidar com os seus comportamentos. “Maria” encontra-se satisfeita em relação aos progressos atingidos pelo “Manuel”; sendo referido que o projeto auxiliou em outras dinâmicas e problemas familiares. Ainda, considerou que os conhecimentos que foi construindo com os técnicos da Associação, bem como as demonstrações e práticas das estratégias foram bastante úteis para a aquisição de novas estratégias parentais que podiam ser usadas noutras situações.

## 5.2 Família B

O agregado familiar é composto pela progenitora e três crianças menores, uma de 1 ano (“André”), outra de 5 (“Leonor”) e outra de 13 anos (“Joana”). A “Luísa” (progenitora), empregada num supermercado, encontra-se numa relação com o “João” (pai de André), em situação de empregabilidade instável, e coabitam na casa da primeira, todavia a situação não é permanente, pois vivem uma relação instável. O processo foi sinalizado pela CPCJ por motivos de défice de





competências parentais, história de violência doméstica, alcoolismo e reclusão. Os três filhos da progenitora são frutos de ex-relacionamentos, à exceção do mais novo onde “Luísa” se mantém com o companheiro. Nos relacionamentos anteriores, “Luísa” foi vítima de violência psicológica por parte dos companheiros.

A CPCJ que acompanha o processo considerou que esta mãe beneficiaria de um acompanhamento com o intuito de desenvolver as competências parentais, nomeadamente nas regras e limites, visto que as crianças se encontram em fases de desenvolvimento distintas. O atual companheiro de “Luísa” tem consumos de álcool e está a ser acompanhado por um psicólogo. Face a estas circunstâncias, a CPCJ solicitou a intervenção do Projeto “Crescer Família” junto da família B no que concerne ao desenvolvimento de competências parentais da progenitora, auxiliando na procura de melhoria de estratégias para o desenvolvimento das crianças.

As áreas de intervenção foram semelhantes às da família A bem como os objetivos propostos. Embora pelas características associadas à família B havia algumas diferenças, por exemplo, a) supervisionar adequadamente a “Joana”; b) melhorar autonomia e independência de “Leonor”; c) reduzir e controlar o uso do telemóvel/ tablet por parte da “Leonor” e d) ainda sobre a comunicação entre o casal. As 13 sessões aconteceram na casa da família e tinham uma duração de uma hora. Importa mencionar que algumas sessões contaram com a presença do companheiro da progenitora, e/ou dos filhos. Os temas mais discutidos ao longo deste acompanhamento foram, nomeadamente, a definição e aplicação clara e consistente de regras, limites e consequências, e a supervisão da “Joana”. A primeira visita consistiu na aplicação dos questionários iniciais à progenitora acerca do conhecimento que tem sobre as crianças, assim como as práticas que utiliza. Neste mesmo dia, a progenitora partilhou com as técnicas da Associação que acompanharam a família B como se desenvolvia as dinâmicas familiares, uma vez que se encontrava, maioritariamente, sozinha com três crianças com idades tão distintas. A resposta de “Luísa” foi que era cansativo, pois os filhos estavam constantemente em conflito uns com os outros, referindo, ainda, que acaba por ceder aos seus pedidos devido ao cansaço no fim de um dia de trabalho. Devido à presença dos filhos em algumas sessões, as técnicas presenciaram a atitude passiva da progenitora relativamente aos comportamentos das crianças. Esta realidade gerou a partilha de ideias, que dominou grande parte das sessões: a negociação de regras, limites e as suas consequências. Procurou-se que esta mãe, que verbalizou frequentemente vir cansada do trabalho, se sinta empoderada com novas formas de interagir com os filhos e, conseqüentemente, confiante para usar regras e consequências de forma progressivamente mais consistente.

Uma das primeiras preocupações partilhadas pela progenitora foi o tempo livre e sem supervisão de “Joana” que passava grande parte da tarde na rua com os amigos depois de terminar as aulas. Questionada sobre o horário da filha, a progenitora mencionou que não sabia e, por isso, não conseguia controlar as suas rotinas e o tempo em que estava sem supervisão. Em conjunto com a “Luísa” foram refletidas possíveis soluções para a supervisão de “Joana”, concluindo que esta poderia ficar na rua algum tempo, mas depois ou ia para casa da avó que também morava no bairro, ou passava a frequentar o centro de atividades de tempos livres do bairro enquanto a mãe estava a trabalhar. Estas opções não duraram muito tempo, uma vez que “Joana” acabou por não estabelecer a rotina como planeado, fazendo a sua própria gestão.

Das sessões com a família B não ficou nos técnicos da Associação uma certeza de ter atingido os objetivos propostos devido aos constantes desafios trazidos pelas dinâmicas das três crianças que surgiam ao longo das semanas, levando para o foco das reflexões a construção e procura de estratégias para agir nestas situações concretas para as quais a mãe solicitava a colaboração das técnicas da Associação.

## 6 CONCLUSÕES

As famílias multidesafiadas são aquelas que apresentam dificuldade em administrar os seus recursos económicos, sociais e emocionais, alterando, assim, entre fases de relativo bem-estar e fases de claras dificuldades (Alarcão, 2002; Sousa, 2005). São famílias expostas a desafios e exigências diversas e muitas vezes cumulativas, porém, como o próprio nome sugere, remete também para um movimento de crescimento e fortalecimento. Esta realidade traduz um complexo equilíbrio que muitas vezes pode originar instabilidade, prejudicando o desempenho da função parental das famílias. É neste cenário que muitas vezes surgem os programas de intervenção na parentalidade, que podem contribuir para a rutura de práticas educativas parentais coercivas, por outras que promovam o desenvolvimento harmonioso das crianças, tal como a aquisição de normas e valores socialmente valorizados. Cada família é agente da sua própria mudança (Ausloos, 1996), pelo que a intervenção realizada neste âmbito deve ser de carácter colaborativo, valorizando as competências existentes em cada uma. Desta forma, o profissional tem o papel de apoiar as famílias na ativação das suas próprias competências que conduzirão à mudança desejada.

No estudo desenvolvido com as Famílias A e B procurou-se o envolvimento no plano de ação, ou seja, refletir em conjunto com o profissional acerca dos desafios que sentem no desempenho quotidiano da parentalidade, bem como delinear objetivos e estratégias com vista à mudança. Tratou-se, portanto, de um trabalho colaborativo e de partilha entre a família e o técnico. Cada sessão desenvolvida abordava um tema que havia sido identificado como uma dificuldade pela família e onde se proporcionava um espaço para a partilha e reflexão de experiências – desafios e estratégias – sendo o profissional aquele que incentiva e apoia na reflexão e na descoberta de possíveis soluções para a questão identificada pelos cuidadores e que melhor se adequasse à sua dinâmica e contexto familiar. Sendo a família o ator principal dos seus desafios, a refletir sobre eles e a propor-se a novas práticas, foi visível a alteração e consistência dos comportamentos parentais no decorrer da intervenção. Esta espontaneidade e voluntariedade de aquisição de práticas educativas parentais positivas deve-se ao facto da família estar envolvida no seu processo de transformação e de ter voz na tomada de decisões.

Os pais ou cuidadores desempenham um papel crucial na construção do indivíduo. É com a família que a criança adquire as competências sociais e se forma enquanto indivíduo, pelo que o ambiente em que a criança se insere, as respostas e estímulos que recebe determinam muito do seu comportamento. Por este motivo, a intervenção na parentalidade, nomeadamente em famílias caracterizadas pela instabilidade, é uma resposta capaz de quebrar padrões comportamentais e, por isso, conduzir à inclusão social.

Dado o mundo atual em que nos encontramos, as transformações e desafios subjacentes a que somos expostos constantemente é fácil perder o rumo e desviarmo-nos do caminho que conduz à inclusão e integração de todos. Os valores morais parecem alterar-se e o consumismo teima em desafiar a humanidade. Por este motivo, apesar dos esforços e avanços políticos feitos, a educação parental deveria ser uma paragem obrigatória para todos aqueles que desejam proporcionar a vida a um ser humano. Uma educação parental entendida como uma necessidade de construir com as famílias as respostas possíveis e que melhor se adequam à sua dinâmica, mesmo que nem sempre sejam as que os técnicos desejavam. O técnico enquanto um par, deve procurar encontrar com a família o melhor caminho para resolver os desafios que estão a viver. Sem esta posição de escuta atenta e partilha pelos diferentes técnicos envolvidos pode haver riscos de as respostas, logo que o trabalho de intervenção com as famílias termine, deixem de fazer parte do reportório das famílias, correndo-se o risco de não encontrar os caminhos para a inclusão social tão urgente nos tempos que vivemos.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alarcão, M. (2002). (Des) equilíbrios familiares: Uma visão sistemática. Coimbra: Quarteto.
- Ausloos, G. (1996). A competência das famílias. Tempo, caos, processo (2ª edição). Lisboa: Climepsi Editores.
- Coutinho, I. C. M., Gaspar, M. F. R. F., & Seabra-Santos, M. J. (2012). Educação parental com famílias maltratantes: Que potencialidades? *Análise Psicológica*, 30 (4), 405- 420. <http://hdl.handle.net/10400.12/3418>
- Dias, A. C. G., Siqueira, A. C. & Patias, N. D. (2013). Práticas educativas e intervenção com pais: A educação como proteção ao desenvolvimento dos filhos. *Mudanças Psicologia da saúde*, 21 (1), 29-40. [10.15603/2176-1019/MU](https://doi.org/10.15603/2176-1019/MU)
- Gaspar, M. F. R. F. (2005). Educação familiar como intervenção socioeducativa: Porquê, para quem, como e por quem? *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 39 (3), 61-98. Gaspar, M. F. R. F., & Santos, M. (2010). Os anos incríveis. Guia de resolução de problemas para pais de crianças dos 2 aos 8 anos de idade. Braga: Psiquilibrios edições.
- Guerra, P. (2012). Da exclusão social à inclusão social: eixos de uma mudança paradigmática. *Revista Angolana de Sociologia*. 10, 91-110. <https://hdl.handle.net/10216/74479>
- Melo, A. I. M. T. (2011). As forças dos profissionais e da família multidesafiada: Um modelo de avaliação e intervenção familiar integrada (Tese de Doutoramento). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Recomendação 19 (2006). Relatório da 28ª reunião do Conselho de Ministros do Conselho da Europa Responsáveis pelos Assuntos da Família (Lisboa, 2006). Consultado a 15 de agosto de 2023. [http://www.coe.int/t/dg3/familypolicy/Source/EMMFXXIX-1Positive%20Parenting\\_en.pdf](http://www.coe.int/t/dg3/familypolicy/Source/EMMFXXIX-1Positive%20Parenting_en.pdf) (2009)



Lei de proteção de jovens e crianças 23/2017, de 3 de maio. Assembleia da República. 1ª série - artigo 41

Sá, A.M. (2024). Das birras dos pequenos aos desafios dos adolescentes: uma intervenção para a parentalidade positiva (Relatório final de mestrado). Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Sebastião, S. P. Processos participativos BIP/ZIP: estratégia ou modelo de desenvolvimento local? Alenquer, Carregado: bairro Calouste Gulbenkian em Alenquer [Em linha]. Lisboa: ISCTE-IUL, 2017. Dissertação de mestrado. [Consult. 12 de junho 2024] Disponível em [www:<http://hdl.handle.net/10071/15021>](http://hdl.handle.net/10071/15021)

Sousa, L. (2005). Famílias multiproblemáticas. Coimbra: Quarteto.

#### COMO CITAR ESTE ARTIGO:

CARVALHO, Carolina; SÁ, Ana Margarida Marques. CAMINOS HACIA LA INCLUSIÓN: REFLEXIONES SOBRE EL TRABAJO CON FAMILIAS. *HOLOS*, [S. l.], v. 4, n. 40, [s.d.]. DOI: 10.15628/holos.2024.17435. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/17435>. Acesso em: 24 set. 2024.

#### SOBRE OS AUTORES

##### A. M. M. SÁ

Mestra em Educação na área de especialidade Social e Cultural. Com vínculo institucional no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

E-mail: [anamargaridamsa@gmail.com](mailto:anamargaridamsa@gmail.com)

ORCID ID: <https://orcid.org/0009-0000-7670-1477>

##### C. CARVALHO

Professora Associada, vinculada ao Instituto de Educação da Universidade de Lisboa e ao grupo de Investigação Currículo, Formação de Professores e Tecnologia. Tem interesse pelas áreas: Psicologia do desenvolvimento, Psicologia da aprendizagem, Formação de professores, Identidade e Aprendizagem, Aprendizagem da Estatística, Relações Escola- Família e Educação para a cidadania.

E-mail: [cfcarvalho@ie.ulisboa.pt](mailto:cfcarvalho@ie.ulisboa.pt)

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-1793-2288>

**Editora Responsável:** Maura Costa

**Pareceristas Ad Hoc:** Marlúcia Menezes Paiva e Valentin Martínez-Otero Pérez



Recebido 15 de maio de 2024



**Aceito:** 30 de junho de 2024

**Publicado:** 19 de julho de 2024

